



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo
Memorial de projeto final

RETRATO (IN)VISÍVEL
Tradições e inclusão social entre os ciganos no Brasil

Autora: Laísa Amaral Queiroz
Orientador: Paulo Roberto Assis Paniago

Brasília – DF
Julho de 2013

LAÍSA AMARAL QUEIROZ

RETRATO (IN)VISÍVEL

Tradições e inclusão social entre os ciganos no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Comunicação Social
com habilitação em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Assis Paniago

Orientador

Prof. Dr. Sérgio Araujo de Sá

Examinador

Prof. Dr. Cláudia Maria Busato

Examinador

Nota:

Brasília, ____ de ____ de 2013.

*Repórter de verdade atravessa a rua de si mesmo para olhar
a realidade do outro lado da sua visão do mundo*

Eliane Brum

Agradecimentos

A todos que, direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

À família, que me apoiou em todas as decisões desde o momento em que optei pelo jornalismo no vestibular. Especialmente aos pais, que souberam comemorar as conquistas, mas também escutar as queixas. Seu apoio, não apenas financeiro, mas principalmente emocional, foi de fundamental importância para a conclusão do projeto.

Ao orientador, Paulo Paniago, pela motivação necessária para seguir em frente. Pela paciência e conselhos nas horas de desespero e pelas dicas sempre relevantes, que tornaram as histórias mais humanas. Às professoras Cláudia Busato e Dione Moura, pelo encorajamento ao tema e as sugestões de leitura, imprescindíveis para a confecção do memorial. Ao professor Sérgio de Sá pelo incentivo ao tema. Aos demais professores que tive ao longo do curso de jornalismo, tanto na Universidade Estadual Paulista (Unesp), quanto na Universidade de Brasília (UnB), além dos profissionais com quem pude conviver durante o estágio, pessoas que contribuíram imensamente para a minha formação.

Às irmãs Lucimara e Elisa Costa, responsáveis pela ONG AMSK/Brasil. Foi por meio dessas pessoas tão queridas que pude ter um contato direto com a cultura cigana, com alguns dos principais artigos, teses e pesquisadores sobre o tema no Brasil e, especialmente, com parte dos personagens inseridos no texto.

Aos fotógrafos e amigos Rebeca Tschiedel, Du Lopes e Ana Júlia Melo, pelo maravilhoso trabalho de registro dos personagens e suas particularidades. Um acréscimo valioso a esse projeto.

Aos velhos amigos que conquistei pela vida que, próximos ou fisicamente distantes, sempre se interessaram por essa etapa tão importante da experiência acadêmica e se colocaram à disposição para ajudar no que fosse possível. Aos novos amigos que conheci pelas recentes andanças. Ciganos, descendentes de ciganos e especialistas que acreditaram e confiaram no meu trabalho.

Resumo

Este projeto experimental é uma grande reportagem produzida para meio impresso sobre os ciganos que vivem atualmente no Brasil. O objetivo é retratar uma população heterogênea que, apesar de numerosa, é praticamente desconhecida pelo público e raramente exposta (ainda mais de forma positiva) na grande mídia, dando voz a essas pessoas. O trabalho pretende ainda ressaltar a importância da grande reportagem e do jornalismo literário em um meio onde a produção está mais voltada para notícias breves, impessoais e as mais atuais possíveis, cujo recurso predominante é o lead, do que para um material inédito, aprofundado e mais humanizado.

Palavras-chave: ciganos brasileiros, povos marginalizados, povos invisíveis, grande reportagem, jornalismo literário.

Sumário

1. Introdução	7
2. Objetivo.....	9
3. Justificativa	10
4. Referencial Teórico	12
4.1. Cultura e identidade	12
4.2. Os ciganos	13
4.2.1. Diáspora	13
4.2.2. Ciganos no Brasil	13
4.3. Jornalismo literário.....	15
4.3.1. Conceito	15
4.3.2. Narrativa.....	17
4.3.3. Personagens	18
4.4. Grande reportagem.....	19
4.4.1. Conceito	19
4.4.2. Como fazer	20
5. Procedimentos metodológicos.....	21
5.1. Concepção da ideia.....	21
5.2. Apuração	22
5.3. Entrevistas	24
5.4. Escrever.....	25
6. Considerações finais.....	27
7. Referências bibliográficas	29

1. Introdução

Estima-se que vivam no Brasil pelo menos 500 mil ciganos. Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), eles estão presentes em 291 municípios. O levantamento foi feito com base em informações das prefeituras, que apenas indicaram haver ou não ciganos sob sua administração, sem fazer uma contabilização real do número de pessoas.

O que se sabe, com certeza, é que esses povos vivem no país desde o século XVI e, ao longo dos anos, influenciaram a cultura brasileira e foram influenciados por ela. Ainda assim, trata-se de uma parcela da população pouco conhecida, tanto pela sociedade civil quanto pelo poder público.

Tendo em vista que em todo o mundo foram tratados por muitos anos como indesejáveis, sofrendo perseguições (especialmente durante a Segunda Guerra Mundial) e preconceito, *Retrato (in)visível: tradições e inclusão social entre os ciganos no Brasil* busca dar voz a pessoas que, historicamente, não são ouvidas. O trabalho é muito mais que juntar dados e informações objetivas – até porque faltam registros, já que a cultura cigana é baseada na história oral, tanto pelo hábito quanto pelo alto índice de analfabetismo. Considero que na grande reportagem, o jornalista deve buscar entender e interpretar a realidade, reunindo um material qualitativo a partir da observação e das entrevistas. Ao jornalista literário cabe encontrar personagens que não só ilustrem, mas que exponham sua identidade, alegrias e dores ao público, dando um caráter pessoal e profundo ao conteúdo.

O desafio do repórter é manter o afastamento emocional e psicológico das fontes e do objeto de estudo sem, no entanto, perder a sensibilidade na abordagem, nunca privilegiando mais os números que o fator humano. É a partir dos relatos desses personagens que o leitor poderá compreender melhor o que significa ser cigano, especialmente no Brasil, e quais as dificuldades encontradas para exercer essa identidade carregada de tradições e, ainda assim, poder exigir direitos do Estado.

Me propus a identificar de que forma os ciganos se adaptaram no tempo e no espaço, sem abandonar as tradições. Portanto, após o abre, que contextualiza o leitor a respeito do que vai encontrar, escrevo *Da tenda aos telhados*, um comparativo entre a

vida em acampamento (usando como exemplo os ciganos de Sobradinho) e a rotina dos ciganos que vivem em casas (no caso, Anne e Ruiter, de Maceió, AL).

A segunda parte, *A história fora dos livros*, busca contar de onde os ciganos vieram, por onde andaram e como vieram parar no Brasil, a partir da história da família Vacite, que vive no Rio de Janeiro. Abordados os aspectos mais gerais, decidi reportar os detalhes, não menos importantes. *Por trás da saia longa* fala sobre a condição da cigana, a partir das experiências de duas mulheres, Delir e Dinha, uma de Joinville (SC) e outra de Porto Seguro (BA). Em seguida, vem *Meu Grande Casamento Cigano – à paulista*, a fim de narrar como é a celebração mais importante dessa cultura. *Na estrada... de Jesus* trata do crescimento do protestantismo entre essa população, tendo como base os ciganos evangélicos de Aparecida de Goiânia. Já *Além do ABC* busca expor o recente processo de alfabetização dos ciganos.

Ao longo dessas seis partes, as diferenças entre etnias e famílias são colocadas em evidência. O último intertítulo, *Sob as cores da bandeira*, faz o processo inverso. Mostra a união dos povos ciganos quando o assunto é a luta pelos direitos e a relação com o poder público, a partir do diálogo que ocorreu durante a I Semana Nacional dos Povos Ciganos, evento que reuniu vários órgãos do governo e lideranças ciganas.

As opiniões de especialistas são colocadas, na maior parte da reportagem, em quadros separados. Esta escolha tem o propósito de não causar quebras no ritmo do texto, concentrado na narração das histórias dos personagens.

O material reunido com leituras, entrevistas e observações registradas no diário de campo foi imenso, o que exigiu um recorte não apenas das histórias, mas de personagens, para se enquadrar no formato de uma grande reportagem. Este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, e sim de abrir espaço para a discussão. Os relatos dos entrevistados provam que o jornalista, no papel de mediador dentro da sociedade, pode aproximar o leitor de um universo aparentemente distante dele. Um universo geograficamente próximo e, ainda assim, ignorado.

2. Objetivo

Produzir uma grande reportagem sobre os ciganos que vivem no Brasil, em linguagem literária. Passando por todas as etapas de produção (apuração, redação e edição), aprimorar a prática do jornalismo aprofundado. Não apenas ir à rua, mas pegar a estrada a fim de investigar, coletar informações e buscar bons personagens, para depois organizar, escrever e editar o conteúdo.

Com o produto, pretende-se registrar o dia a dia dos ciganos, como veem e sentem o mundo e que lugar ocupam na atual conjuntura brasileira. Dar voz a uma minoria significativa, marginalizada e perseguida durante séculos e que agora tenta se encaixar na sociedade como cidadãos. Verificar se o governo e as entidades sociais estão comprometidos com essa inserção tão recente. Divulgar à população como esses povos, de fato, vivem e se comportam, a fim de colocar em discussão estereótipos enganosos e preconceituosos.

A intenção, mais que abordar o tema, é tratá-lo de forma humanizada, com foco nos personagens que sentem na pele o que é ser cigano. Por meio da reportagem, este trabalho pretende levantar reflexões sobre o respeito à diversidade – que pressupõe o conhecimento do outro – e o reconhecimento deste como cidadão. Por fim, incentivar o cumprimento e a elaboração de políticas públicas eficazes.

3. Justificativa

A opção pelo produto – e não pela monografia tradicional – se deve pela oportunidade de produzir uma grande reportagem em estilo literário sem a limitação do espaço e participando de todos os processos de produção (apuração, redação e edição), o que não é comum no mercado de trabalho. Matérias aprofundadas, que exigem muito tempo de produção e deslocamento do repórter para outras cidades, são escassas nos grandes veículos impressos, devido à contenção de gastos e à valorização da quantidade de notícias e furos, em detrimento ao material denso e exclusivo. O jornalismo literário perde espaço para o *lead* (muito mais enxuto), onde o que vale mais é a informação mais recente e não as histórias dos personagens que compõem, humanizam e ajudam a interpretar os fatos. Sendo assim, o meio escolhido é a revista, que fornece mais liberdade de tamanho e linguagem e com a qual me identifico. No memorial, irei desenvolver a abordagem teórica com base nas leituras e no aprendizado durante a faculdade.

O tema se justifica, primeiramente, pelo ineditismo. Não há uma grande quantidade de pesquisas sobre os povos ciganos brasileiros, como existe sobre outras ditas minorias, como índios e afrodescendentes, e as reportagens sobre o assunto são raras. Algumas são produzidas por emissoras públicas, como a Empresa Brasil de Comunicação. Na grande mídia (privada), os ciganos costumam aparecer em manchetes trágicas, que trazem uma conotação pejorativa ao grupo (como “Cigano mata sogra”). Encontrar informações mais aprofundadas, que procurem dar voz a essa população, é muito difícil em qualquer meio.

Por isso a relevância. Não só no Brasil, mas em diversos países, os ciganos são chamados de “povo invisível”, pois as demais pessoas (não-ciganas) sabem que eles existem, mas não conhecem praticamente nada sobre seu modo de viver. A falta de conhecimento, consequentemente, gera preconceito que, nesse caso, se arrasta por séculos. Senti a necessidade de percorrer esse universo para ouvi-los e entendê-los. O que significa ser cigano? Como o grupo se organiza? Como mantêm tradições no século XXI? Procurei analisar, também, as dificuldades da comunidade e a relação com o poder público, que ainda esbarra na falta de informações para desenvolver projetos efetivos. São vários aspectos referentes a um grupo heterogêneo, o que exigiu muita cautela na apuração. Finalmente, por tratar-se de outra cultura, é necessário um olhar

amplo e livre de julgamentos do pesquisador-repórter. Um desafio, mas também uma recompensa: aclarar questões que pertencem, historicamente, à margem da sociedade.

4. Referencial Teórico

4.1. Cultura e identidade

Ao se propor a estudar outras comunidades, como os ciganos, é necessário, antes de tudo, definir o que é cultura. Para o sociólogo Clifford Geertz, em *A Interpretação das Culturas*, ela não é um dado, já que é construída por seus próprios componentes.

O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1978, p.15)

Dessa forma, ele defende o trabalho do antropólogo interpretativo como a busca pela visão do outro. Olhar as dimensões simbólicas da arte, religião, ciência, lei, moralidade e senso comum não é afastar-se dos dilemas existenciais de forma não emocional; é mergulhar nelas. Para Geertz, a antropologia interpretativa não tem o propósito de responder às questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que os outros deram. Foi o que busquei durante as entrevistas.

Também é importante observar o papel da identidade nos grupos sociais, especialmente entre aqueles que vivem marginalizados. Denys Cuche, em *A Noção de Cultura em Ciências Sociais*, defende que enquanto a cultura depende, em grande parte, de processos inconscientes, a identidade é necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas. Ela se caracteriza pelo conjunto de vinculações em um sistema social (vinculação a uma classe sexual, social, de idade, a uma nação, entre outros). Isso permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente.

A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue de outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). (CUCHE, 1999, p. 176-177)

Entre os ciganos, essa inclusão e exclusão é ainda mais visível. Para se proteger do preconceito e violência, evitaram o contato com outros grupos por muito tempo. Ou seja, também excluíram os outros, contribuindo para que os demais não os conhecessem e alimentassem os estereótipos.

4.2. Os ciganos

4.2.1. Diáspora

A origem dos ciganos suscita teorias ainda hoje. Por serem ágrafos, não deixaram registros e pela característica nômade, não há vestígios arqueológicos. A socióloga Nicole Martinez afirma em *Os Ciganos* que os primeiros registros que falam desses povos datam dos séculos XIV e XV, a partir da descrição do viajante Syméon Simeonis, de passagem pela Ilha de Creta, em 1322.

A maior parte dos especialistas acredita, hoje, que vieram da Índia, devido a indícios genéticos e linguísticos. Na tese *O Romanês falado pelos ciganos kalderash do município de Aparecida de Goiânia – Goiás*, Elza Murata resgata China (1936, p.9), que afirma que os primeiros ciganos que surgiram na Europa diziam que eram originários do “Pequeno Egito” (expressão que designava Síria, Grécia e Chipre).

China (1936) argumenta que, se os ciganos tivessem como origem o Egito, haveria algum indício do copta ou do árabe em sua língua, pois, na primeira metade do século VII, os árabes conquistaram o Egito, cujo idioma era o copta. Mota (1986) assevera que “Pequeno Egito” era então a denominação de uma região da Grécia, mas que pelos europeus foi confundida com o Egito, na África. Nesta perspectiva, os ciganos passaram a ser chamados “egípcios”, ou gypsy (inglês), egyptier (holandês), gitan (francês), gitano (espanhol), etc. Alguns grupos diziam que eram gregos e atsinganos, e assim ficaram conhecidos como grecianos (Espanha), tsigabes (francês), ciganos (português), zíngaro (italiano), etc. (MURATA, 2010)

Segundo Murata, eles teriam saído da Índia há cerca de mil anos, subdividindo-se em grupos que foram, cada um, para partes diferentes da Europa e do norte da África. Devido às influências regionais, o idioma falado por eles, conhecido como romani, fragmentou-se em cerca de 60 dialetos. Mas, originalmente, remonta ao sânscrito.

A partir das grandes navegações, com a chegada dos europeus à América, ciganos também começaram a cruzar o Atlântico, fosse por degredo ou optando pela imigração.

4.2.2. Ciganos no Brasil

A documentação conhecida indica que a história dos ciganos no Brasil iniciou em 1574, quando o cigano João Torres, sua mulher e filhos foram degredados para o Brasil. Segundo o antropólogo Frans Moonen (1996), não se sabe se eles realmente desembarcaram aqui. Os documentos de degredo posteriores a esse são de 1686 e 1718, que mandavam os ciganos, respectivamente, para o Maranhão e Pernambuco. A partir

daí, a vinda deles ficou mais frequente, oficialmente, o que não quer dizer que não tenham vindo muito mais sem informar as origens.

O preconceito era latente. Um dos documentos apresentados por Moonen proíbe o uso da língua dos ciganos, a fim de extingui-la. Em *História dos ciganos no Brasil*, Teixeira afirma que, no século XIX, nas poucas vezes que se escrevia sobre aspectos culturais dos ciganos, não havia interesse sobre como eles próprios viam sua cultura. Em geral, são registros policiais, que os descreviam como “perturbadores da ordem”. Segundo o autor, apenas durante o período de escravidão, os ciganos tiveram algum prestígio no país: “os ciganos comerciaram escravos por várias partes do interior do país; em Minas Gerais, podemos confirmar que tiveram um papel importante nesse comércio” (2008, p. 7). Isso proporcionou uma maior aceitação e mesmo valorização social dos ciganos.

Estima-se que hoje existam pelo menos meio milhão de ciganos no país. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) divulgou em 2011 o Mapa das Comunidades Ciganas, por município, no Brasil. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 291 acampamentos localizados em 21 estados. Segundo esse levantamento – em que as prefeituras responderam se existia acampamentos em suas cidades – os municípios com 20 mil a 50 mil habitantes apresentam mais alta concentração, sendo a maior parte em Minas Gerais, Bahia e Goiás.

Teixeira aponta que as etnias presentes no país são: rom (que migraram do Leste Europeu a partir do século XIX), sinti (mais expressivos na Alemanha, Itália e França, que provavelmente também vieram a partir do século XIX) e calón (provenientes da Península Ibérica, que foram os primeiros a vir ao Brasil).

Ainda assim, faltam informações. Os dados são muito superficiais para ter noção da quantidade real de ciganos que vivem no país. Ainda que fossem contabilizados todos os que vivem em acampamentos, não seria suficiente. Segundo relatos de lideranças, ONGs e especialistas entrevistados, muitos vivem em casas hoje.

E no Brasil, até hoje, nem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelos censos demográficos oficiais, nem qualquer outra instituição de pesquisa demográfica, nem qualquer Organização Não-Governamental (ONG), nem cientista algum tem feito um levantamento sistemático e confiável da população cigana. (TEIXEIRA, 2008, P. 13).

As medidas mais marcantes relacionadas à promoção dos povos ciganos, segundo o Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos, fornecido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em maio de 2013, são duas. O Decreto de 25 de maio de 2006, que institui o Dia Nacional do Cigano, a ser comemorado no dia 24 de maio de cada ano, e o Decreto nº 6.040, de sete de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com trecho retratado abaixo.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

4.3. Jornalismo literário

4.3.1. Conceito

Trata-se de um gênero jornalístico, utilizado neste trabalho, que busca ir além dos tradicionais critérios de noticiabilidade. Assim, é uma forma mais humanizada de contar os fatos, que observa e descreve o outro com profundidade. Qualquer detalhe pode ser fundamental, segundo Felipe Pena em *Jornalismo literário*.

Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper com as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários, e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (PENA, 2006, p.13)

Para Pena, os bons e velhos princípios da redação (como apuração rigorosa, observação atenta, abordagem ética e capacidade de se expressar claramente) continuam

sendo extremamente importantes. O que o jornalista literário faz não é ignorar essas técnicas, mas desenvolvê-las para construir novas estratégias profissionais. Assim, ultrapassa os limites do acontecimento cotidiano, rompendo com a periodicidade e atualidade, características básicas do jornalismo contemporâneo. Ou seja, não está preso ao *deadline* (hora do fechamento do jornal ou da revista, quando se deve entregar a reportagem), nem se preocupa com os fatos mais imediatos. É seu dever proporcionar uma visão ampla, mas sem a pretensão de mostrar um pleno conhecimento do mundo, e sim reconhecendo que se trata de um recorte, uma interpretação, por mais completa que seja. Isso significa contextualizar a informação da forma mais abrangente possível, detalhando, relacionando, comparando e localizando-a em um espaço temporal de longa duração.

O *lead*, criado no início do século XX para dar objetividade ao jornalismo, responde às questões principais (quem, o quê, como, onde, quando e porquê) logo no primeiro parágrafo. Portanto, não cabe aqui.

Exercitar a cidadania é, em sua opinião, dever do jornalista, para contribuir com a formação do cidadão, para o bem comum e a solidariedade. Evitar os definidores primários é evitar as entrevistas daqueles que sempre aparecem na imprensa, como as fontes oficiais. Não desconsiderá-las, mas dar destaque ao cidadão comum, em busca de pontos de vista que nunca foram abordados. Por último, a perenidade. O texto do jornalismo literário não pode ser efêmero ou superficial. Assim, pode continuar por gerações.

Com o desenvolvimento da imprensa no século XX, surgiram experimentos que ameaçavam a fronteira entre jornalismo e literatura, uma conversão ousada que ficou conhecida nos Estados Unidos como *New Journalism* e é definido por Marcelo Bulhões em *Jornalismo e literatura em convergência*.

O *New Journalism* não foi exatamente um movimento, pois não despontou com um delineamento de ideias estabelecidas por um grupo coeso de representantes, tampouco elaborou um programa ou um manifesto declaratório de princípios. Foi mais uma atitude que se processou na fluência de uma prática textual desenvolvida em alguns jornais e revistas americanas, inicialmente com os textos das chamadas reportagens especiais publicadas na *Esquire* e no *Herald Tribune* (...). (BULHÕES, 2007, p. 145)

Alguns nomes ficaram conhecidos por seus textos, como Tom Wolfe, Gay Talese, Truman Capote e Norman Mailer. Pela densidade das obras, elas permaneceram

e continuam a ser lidas. Exemplo disso é o perfil *Frank Sinatra está resfriado*, de Talese.

Sinatra resfriado é Picasso sem tinta, Ferrari sem combustível – só que pior. Porque um resfriado comum despoja Sinatra de uma joia que não dá para por no seguro – a voz dele –, mina as bases de sua confiança e afeta não apenas seu estado psicológico, mas parece provocar também uma espécie de contaminação psicossomática que alcança dezenas de pessoas que trabalham para ele, bebem com ele, gostam dele, pessoas cujo bem-estar e estabilidade dependem dele. (TALESE, 2004, p. 258)

Tudo isso foi escrito sem entrevistar Sinatra, mas a partir da observação constante e entrevistas com fontes secundárias. Com sensibilidade e boa apuração, o jornalista como testemunha e, por vezes, participante da ação, ultrapassa o que está explícito. Assim, tem aparência de ficção, mas é, normalmente, mais bem apurado que as notícias quotidianas.

Em *Jornalismo como gênero literário*, de Alceu Amoroso Lima, o autor diferencia o bom jornalista do mau jornalista, dizendo que o primeiro é aquele que consegue fazer da informação um gênero literário. “Tirar o essencial do acidental, o permanente do corrente é o que o distingue do simples noticiarista” (1990, p.62). Ainda assim, Lima defende a importância da precisão do estilo, para que não se saia do jornalismo e seja seduzido pelo conto, poesia, ficção ou verso. Vale lembrar que uma das principais discussões em torno do jornalismo literário é a veracidade dos fatos, por se aproximar da maneira de contar da ficção.

Para Lima, a objetividade é um traço natural do jornalismo. O fato ou acontecimento deve ser a medida do jornalista, antes de qualquer outro componente. Assim, o estilo (ou forma), como meio de expressão, não deve estar separado do conteúdo, pois é uma consequência, não uma causa.

4.3.2. Narrativa

Em 1985, Walter Benjamin escreve o ensaio *O Narrador*, em que atenta para o fato de que “as ações da experiência estão em baixa”. Mudanças ocorridas após a Guerra Mundial (quando os combatentes voltavam mudos dos campos de batalha) permaneceram. Os livros que vieram depois, assim como os jornais, não contavam as experiências transmitidas de boca a boca – e, para ele, essa é a base da narração.

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. (BENJAMIN, 1985, p. 198)

Entre esses narradores, existem dois grupos, cujos representantes arcaicos podem ser exemplificados pelo camponês sedentário e pelo marinheiro comerciante. O primeiro é o que nunca saiu de seu país e conhece suas histórias e tradições. O segundo, aquele que viaja e tem muito o que contar. Para ele, uma boa narrativa necessita desses dois elementos.

Para Luiz Gonzaga Motta, narração é o relato de fatos ocorridos em um espaço e tempo, ou “um suceder temporal, encaminhado a um desfecho” (2005, p. 7), cuja ação dos personagens é contada por um narrador. Quanto ao posicionamento deste, há a narrativa em primeira pessoa, em que alguém envolvido nos acontecimentos conta os fatos; é chamado de narrador-personagem. Há, também, a narrativa em terceira pessoa, em que a ação é contada a partir do ponto de vista de quem vê e os narradores podem ser apenas observadores, narrando o visível, ou oniscientes, que conhecem todos os fatos, inclusive o que se passa na cabeça dos personagens.

Optei pela narração em terceira pessoa e tentei me aproximar do narrador onisciente para relatar aspectos mais subjetivos das situações e personagens.

4.3.3. Personagens

Gay Talese, um dos grandes mestres do jornalismo literário, sempre se interessou por personagens marginalizados em seus trabalhos. Em entrevista ao jornal espanhol *El País*, em maio de 2013, o jornalista lembra que os grandes veículos não costumam se interessar por essas pessoas, mas que é obrigação do repórter acercar-se delas sem preconceitos e compreendê-las, ainda que sejam assassinos ou terroristas. Para ele, quem é jovem e quer seguir esta carreira deve saber que fará algo de muito valor: ampliar o conhecimento da sociedade. Para isso, devemos ter curiosidade pela verdade. “Na realidade, nunca conseguiremos a verdade absoluta, mas sim que os demais nos digam como veem e como vivem o mundo” (TALESE, 2013).

Para o jornalista e escritor, todas as pessoas são interessantes e sempre se pode escrever sobre elas. Basta estar atento a quem está ao seu redor, não ignorá-las e ter paciência para conhecê-las. Talese, ao contrário da maior parte dos jornalistas, que falam sobre pessoas famosas e poderosas, acredita que os perdedores e oprimidos são os mais interessantes e portadores de muito conhecimento. Lembra que falar dessas pessoas é um trabalho mais árduo e é necessário mais esforço para apurar e escrever – e,

ainda, para convencer o editor que a publique e que lhe dê um prazo razoável. “Por isso, quando um editor bota pressão, temos que lembrá-lo que se quer qualidade, um repórter precisa de tempo para criar um produto belo”.

Esse tempo é necessário, principalmente, para conhecer bem o personagem e entrar em seu mundo (em outras palavras, sair da redação). Talese quer ver as pessoas em seu habitat: onde trabalha, se relaciona com outros, interage, conversa, onde há conflito. Quer que as pessoas lhe contem suas histórias e permitam fazê-las públicas. Ressalta que, para isso, há regras: nunca mentir, contar vantagem das pessoas ou ludibriá-las, quando estas depositam confiança em você. Respeitando esses pré-requisitos, mergulhar nos personagens.

Os jornalistas devem ser exploradores insaciáveis. Devem ser como os mineiros: encontrar alguém, cavá-lo, pegar um material valioso, poli-lo e fazer uma joia. Isso é fazer do jornalismo uma arte: criar textos que permaneçam na memória e na retina do leitor. O jornalismo não pode ser uma relação de uma noite só. É necessário investir tempo para acerrar-se de uma pessoa. Ter curiosidade, paciência, educação, respeito para estabelecer uma relação de confiança. Viajar, conversar, conhecer de primeira mão aquilo sobre o que está falando. (TALESE, 2013)

Conhecer de primeira mão sobre o que contar foi meu objetivo. Procurei seguir os conselhos de Talese e gastei tempo e paciência com os personagens, sempre mantendo o respeito pelas fontes.

4.4. Grande reportagem

4.4.1. Conceito

Ao distinguir notícia de grande reportagem, Cremilda Medina aponta que a diferença está no tratamento dado ao fato jornalístico. A reportagem amplia e aprofunda a informação.

As linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre o aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação de fatos que situam ou exemplificam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato. (MEDINA, 1978, p. 134)

Nilson Lage (2008) acrescenta diferenças na atuação do jornalista. Na reportagem, o profissional tem responsabilidades que vão além da produção mecânica de notícias, feita com base em critérios rígidos. O autor afirma que o repórter não é

apenas testemunha, mas agente também. Tem o papel de estar presente onde o leitor não pode estar e, a partir de uma seleção, transmitir o que julgar ser de interesse público.

4.4.2. Como fazer

Em *Um bom par de sapatos e um caderno de anotações*, Piero Brunello seleciona trechos do texto de Tchêkhov, com base na viagem que fez para Sacalina, em 1890, e indica caminhos de como fazer uma reportagem. Uma das primeiras dicas é reagir à indiferença: “Estudar coisas que ninguém estudo; ir ver pessoalmente injustiças que ninguém vê; elogio da experiência e dos conhecimentos de primeira mão” (2007, p. 24). Depois, pesquisar e ir à campo.

O autor considera imprescindível ter um caderno de anotações para anotar dados, observações, modos de dizer e onde transcrever declarações e entrevistas.

O cárcere é debilmente ventilado e, além disso, o ar para cada habitante é pouco. Anotei na minha caderneta: “Barracão número 9. Conteúdo cúbico de ar 187 braças. Cerca de 65 detentos alojados”. Isso no verão, quando apenas metade dos detentos pernoita na prisão. (TCHÉKHOV, 2007, p. 36)

Para ele, o repórter necessita de disponibilidade para mudar de ideia e para viajar, de preferência sem planejar demais, pois às vezes, o acaso pode revelar-se útil. No local, aceitar convites, caminhar, olhar ao redor, fazer-se acompanhar (a ajuda de mediadores é bem vinda), participar de festas e assistir a um casamento. “Observar as vestimentas, idades, rituais, conversas, papéis sociais; adivinhar sentimentos” (2007, p.52). Ao observar, usar o olfato, a audição, o tato e o paladar.

Outras etapas são a coleta de dados e a escrita. Nesta última, entre as dicas estão não protelar (escrever enquanto as impressões estão vivas), entender a razão de não conseguir escrever, quando isso acontecer, e manter a objetividade, indicando as fontes, verificando a confiabilidade. Para o autor, um aspecto relevante da reportagem é fazer retratos, descrever aspectos das pessoas, como a descrição de Sofia Bliuvchtein.

É uma mulher miúda, magra, já grisalha, com cara de velha. Tem as mãos acorrentadas. (...) Caminha de um canto para outro da cela, parece farejar o ar continuamente, feito rato em ratoeira, e chega a ter no rosto uma expressão de ratazana. (TCHÉKHOV, 2007, p. 105)

Além disso, descrever cenas, inserir-se nas cenas, revelando as próprias emoções, e citar histórias de vida. No capítulo *Conselhos de Escrita*, ele fala em recorrer à ajuda de fotografias para descrever situações, citar diálogos e confrontar passado e presente. Busquei seguir esses passos (alguns de forma intuitiva, outros a partir da leitura) na construção da reportagem, para torná-la mais rica e completa.

5. Procedimentos metodológicos

5.1. Concepção da ideia

Desde o início da graduação, tinha em mente um produto impresso como projeto final de curso. A intenção era explorar um assunto relevante em profundidade – o que não é o foco da maior parte dos veículos de comunicação –, utilizando uma linguagem mais livre e humanizada, em que as histórias dos personagens seriam prioridade (características fundamentais do jornalismo literário, com o qual me identifico desde o primeiro semestre da faculdade).

No entanto, escolher o tema não foi uma tarefa simples. No início da disciplina Pré-projeto em Jornalismo, várias ideias surgiram. Algumas foram logo descartadas por terem sido muito exploradas por outros jornalistas e/ou pesquisadores. Aquelas em que eu conseguia encontrar uma abordagem original foram permanecendo. Ainda assim, algo estava faltando: não me identificava pessoalmente com nenhuma delas. Até que, por volta da metade do semestre, me lembrei dos ciganos que visitavam a cidade onde nasci (Paranaíba-MS) durante a infância. Eles armavam tendas em um terreno próximo à minha casa e, pela curiosidade, “inspecionei” esses acampamentos algumas vezes. Ia até lá e via como se vestiam e quais objetos possuíam nas barracas. Mas nunca conversei com nenhum deles. Cresci sem saber o que pensavam e quem realmente eram. Conhecer os ciganos seria, também, descobrir um pouco mais sobre o meu passado, tendo em vista que a avó de minha avó paterna era cigana e, ainda que distante, sou descendente do objeto de estudo.

Então, iniciei a pré-apuração para analisar a viabilidade e delimitar o tema. Comecei a pesquisar o que havia na mídia brasileira em relação aos ciganos. Sem surpresa, encontrei um material bastante limitado (no impresso, na TV, no rádio e mesmo na internet). Os grandes veículos – privados – não publicam matérias que tratem dessa parte da população com profundidade. Em geral, são registros policiais, como “Cigano mata ex-mulher”. Entre as empresas públicas, encontrei matérias mais elaboradas, especialmente em rádio e TV, como na Empresa Brasil de Comunicação.

Porém, ainda faltava um debate complexo a respeito da relação dos ciganos com o Estado. Além disso, esse material era bastante objetivo, sem espaço para a linguagem literária e para as histórias individuais dos personagens. Pensei, então, em produzir um

livro reportagem com essas narrativas. Mas, levando em conta que um material de qualidade sobre um tema com o qual não estava familiarizada levaria possivelmente alguns anos para ficar pronto, optei pela grande reportagem. Entretanto, mantive o enfoque (que é, basicamente, aquilo que todos os colegas me perguntavam quando eu dizia que escreveria sobre ciganos): quem são e como vivem?

5.2. Apuração

Definido o tema, era o momento de ir atrás das informações. Primeiro, procurei o que havia de oficial e logo descobri que estava tratando de um assunto que quase não dispõem de tais dados. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) divulgou em 2011 o Mapa das Comunidades Ciganas, por município, no Brasil. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 291 acampamentos localizados em 21 estados. Segundo esse levantamento – em que as prefeituras responderam se existia acampamentos em suas cidades – os municípios com 20 mil a 50 mil habitantes apresentam mais alta concentração. Desse universo, 40 prefeituras afirmaram desenvolver políticas públicas para os povos ciganos (sem especificar o que faziam) o que corresponde a 13,7%. Para ajudar na composição do mapa, o MDS ainda conversou com lideranças ciganas para identificar acampamentos fixos, bairros ciganos e locais de acampamentos temporários.

Não há uma pesquisa detalhada o suficiente para apontar quantos ciganos existem no Brasil. Estima-se que sejam pelo menos meio milhão, mas não há dados. Então, comecei a ler livros e artigos sobre o assunto e a procurar fontes que pudessem me oferecer mais informações. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Secomt), foi o órgão que pôde me mostrar os ciganos do ponto de vista da legislação. O decreto nº 6.040, de sete de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Já o decreto de 25 de maio de 2006 institui o Dia Nacional do Cigano, a ser comemorado no dia 24 de maio, sendo a Seppir e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República as responsáveis por medidas adotadas na comemoração.

Tudo isso ainda é muito recente e está em processo de consolidação. O próprio Estado admite que precisa conhecer melhor os ciganos. Percebi que era o momento de ir direto à fonte. Entrei em contato com a Associação das Etnias Calóns do DF e Entorno

(Acec-DF) e combinei com Elias Alves da Costa, o líder do acampamento que fica no Córrego do Arrozal, de passar um dia com eles, em dezembro do ano passado. A partir dessa experiência, minha visão ampliou. Foi quando comecei a manter um diário de campo, para registrar minhas impressões, a partir da convivência com os ciganos.

Optei, assim, pela pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2010, p. 57), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos delimitados, histórias sociais sob a ótica dos atores, relações e análises de discursos e documentos. A autora ainda cita Granger (1967, p. 82-3): “A necessidade de usar métodos e técnicas não quantitativas é consequência da necessidade de captar algo dos aspectos subjetivos da realidade social”. Como busquei o subjetivismo, não me interessou desenvolver questionários, por exemplo, a fim de reunir informações objetivas sobre os personagens.

O método escolhido foi a observação participante. Em *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*, Cláudia Lago (2007) faz uma aproximação entre a antropologia e o jornalismo. Segundo a autora, não há como dissociar cultura e comunicação. Portanto, a etnografia, que inclui a imersão do pesquisador no ambiente e a descrição densa dos fatos, pode ser adaptada ao jornalista. Diferente do antropólogo, ele tem uma abordagem mais reflexiva e humanizada para encontrar respostas.

Em janeiro, conheci a ONG Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK) do Brasil, localizada na quadra 413 da Asa Norte. É presidida pela descendente de ciganos Elisa Costa e tem como objetivo difundir a cultura cigana e se comunicar com o governo, em busca de direitos a esses povos. Lá, tive contato com diversos artigos e teses de historiadores, antropólogos, psicólogos e linguistas a respeito dos ciganos – alguns dos quais vim a entrevistar posteriormente. Comecei a frequentar as aulas de danças ciganas também, para ter um contato mais próximo e experienciar uma parte significativa e simbólica dessa cultura. Mais importante, conheci dezenas de ciganos por meio da AMSK, especialmente os que estão envolvidos na liderança.

Para não abarcar apenas a situação regional dos ciganos do DF, optei por viajar, a fim de entrevistar outros ciganos em seus ambientes. Em Maceió (AL), fui à casa de Anne e Ruiter. A escolha se deve ao fato de os dois não viverem em comunidade, terem um grau de escolaridade mais elevado e estarem em outra região do país. Em Jaú (SP), fui exclusivamente para acompanhar o casamento de Junior e Linara, a convite de Alessandro, que é tio de Junior. Por fim, Aparecida de Goiânia (GO) se justifica tanto

pela proximidade, quanto pela necessidade de acompanhar um culto. Os demais personagens de outras cidades vieram até Brasília, em decorrência da Semana Nacional dos Povos Ciganos. Assim, pude conversar pessoalmente com todos, o que acredito ter sido enriquecedor.

Além disso, passei todo o semestre atenta aos noticiários, a fim de não deixar de lado nenhuma informação mais recente que pudesse ser relevante para a construção da reportagem.

5.3. Entrevistas

O primeiro personagem entrevistado foi Elias, líder do acampamento de Sobradinho. Encontrei algumas informações sobre a comunidade na internet, quando fazia uma pesquisa para descobrir se havia acampamentos no Distrito Federal. Um texto mencionava a Acec-DF, então fui atrás do contato. Como não achei telefone, procurei no Facebook, encontrei e mandei uma mensagem. Como resposta, obtive o telefone de Elias. Liguei e marquei de encontrá-lo, sem maiores dificuldades.

Em outra pesquisa sobre música e dança cigana, também na internet, descobri a AMSK. Entrei em contato com as fundadoras e, como se aproximava o dia do evento conhecido como “Chá Cigano”, fui convidada. Além de tomar o chá, que contém ervas e rosas, assisti as apresentações de dança e vi uma exposição fotográfica de acampamentos pelo Brasil. Comecei a frequentar as aulas de dança e, semanalmente, conversava com Lucimara, a professora, e Elisa, presidente da ONG, sobre minha pesquisa.

As duas me passaram alguns contatos de ciganos de outras regiões do país e o primeiro com quem conversei foi Alexsandro. Nos encontramos, primeiramente em Brasília, em uma viagem dele para cá. Fui convidada pelo pastor para ir ao casamento do sobrinho dele, Junior, em Jaú e aceitei. Entrevistei várias pessoas lá e depois em Aparecida de Goiânia, quando fui acompanhar o culto evangélico.

Durante a Semana Nacional dos Povos Ciganos, tive quatro dias para observar e conhecer pessoas de 19 estados e tive boas surpresas. Me comovi com as histórias de Delir e Dinha, especialmente. Também tive momentos proveitosos com Mio, Claudio e Rodrigo Teixeira, o historiador que uso como referência.

Na hora de entrevistar, eu começava explicando meu trabalho e falava um pouco sobre mim e quais eram os objetivos da reportagem. Depois, fazia perguntas mais superficiais, sem entrar diretamente na questão. Em alguns casos, eu ainda não sabia qual seria o ponto principal daquele personagem, como aconteceu com Dinha. Comecei a conversar com ela sobre o projeto de alfabetização de crianças, mas, ao abordar outros temas, percebi que havia a questão da condição de mulher cigana que resolveu sair dos padrões e essa história me interessou mais.

O assunto, que envolvia violência doméstica, era delicado. É necessário que a fonte confie no repórter para revelar tais episódios. Em *A prática da reportagem*, Ricardo Kotscho destaca a importância de o repórter transmitir credibilidade: “(...) as pessoas precisam confiar em você para contar histórias que consideram delicadas porque mexem com a vida de outras pessoas” (2007, p. 23).

Com alguns personagens, não consegui terminar a entrevista pessoalmente (por falta de tempo deles) ou, depois de ler e reler as anotações, me deparei com alguma dúvida ou questão a ser melhor abordada. Portanto, dei continuidade pelo telefone, sempre tendo o cuidado de perguntar detalhes para não desumanizar a reportagem. As únicas pessoas que entrevistei exclusivamente por telefone, pela impossibilidade de nos encontrarmos, foram a antropóloga Florencia Ferrari e a linguista Elza Murata. Como tratam-se de especialistas e não personagens, não considero que houve nenhuma perda para o resultado final.

5.4. Escrever

Com as histórias apuradas e checadas, é o momento de estabelecer a estrutura e a ordem para a reportagem, o que, para mim, foi a parte mais trabalhosa. Para contextualizar o leitor, escrevi um abre, introduzindo rapidamente os temas que iria tratar em seguida.

Como o foco é a adaptação dos ciganos aos novos tempos, ao século XXI, decidi começar pela mudança do espaço físico. Portanto, a primeira parte é um comparativo entre a vida no acampamento, pegando como exemplo Elias e seus familiares, em Sobradinho, e a vida em casa, narrando um dia da rotina de Anne e Ruiter. Acaba por ser, ainda, um paralelo entre a vida em comunidade e fora dela, abordando duas etnias: *rom lovára* e *calón*.

Depois, trato da história dos ciganos no Brasil, a partir de um dos personagens mais velhos que entrevistei: Mio Vacite. Passados os assuntos mais gerais (história e modo de vida), começo a tratar de particularidades, através dos personagens que tinham boas histórias dentro de cada um destes temas: a mulher cigana, o casamento, o crescimento da religião protestante e a recente alfabetização. Por fim, falo da relação entre ciganos e o estado, tendo com ponto principal o evento Brasil Cigano, que participei em maio.

Em todas as partes, o ponto em comum foi tentar mostrar como as tradições ciganas permanecem e se perpetuam no contexto de inclusão social e quais aspectos da cultura ocidental (e brasileira) são incorporados. Tudo a partir da observação pessoal e das histórias contadas pelos personagens. Como o trabalho de pesquisa foi realizado em apenas seis meses e o tema é abrangente, não foi possível incluir todos os aspectos relativos ao universo cigano, mas acredito ter abordado o suficiente para uma grande reportagem.

Por fim, veio a edição. Li e reli diversas vezes o texto final para fazer ajustes. Conteí, especialmente, com o professor Paulo Paniago nessa etapa, que sempre apontava novos caminhos. Ainda assim, concordo com o que diz Ricardo Noblat em *A arte de fazer um jornal diário*: “Qualquer texto é passível de ser melhorado. Sempre há palavras sobrando, ou que podem ser trocadas, outras fora do lugar e parágrafos que pedem para ser completamente reescritos” (2008, p. 92). Isso apenas reforça a importância de se manter atento ao texto e revisar o máximo de vezes possível.

6. Considerações finais

Depois de séculos no esquecimento, os ciganos começaram a entrar em pauta no Brasil, especialmente em 2013. Aos poucos, mobilizam o governo e conseguem melhorias em âmbitos importantes, como saúde, educação e moradia. Ainda assim, é apenas o começo. O Estado se dispõe a dialogar com esses povos sem, contudo, conhecê-los a fundo. Tentam muito mais enquadrá-los ao nosso modo de viver do que entender como vivem e, a partir disso, buscar soluções aos problemas. Exemplo disso são as comunidades em que as mulheres não podem se consultar com médicos homens. Não basta oferecer o cartão do SUS a elas; é necessário um diálogo profundo com o objetivo de compreender a questão e encontrar um caminho possível.

A desinformação oriunda da falta de registros históricos – e dos documentos que os tratavam com hostilidade – atinge a esfera civil, gerando estereótipos e preconceito, o que continua sendo o maior dos problemas enfrentados por eles. A mídia, ao deixar de explorar as particularidades desse universo também corrobora para a difusão de uma imagem negativa. Por isso, pesquisas sobre ciganos são importantes.

No Brasil, temos apenas uma estimativa da quantidade de ciganos. Não há números tangíveis. Entretanto, meu objetivo era reunir um material qualitativo. Dessa forma, pude entender que a falta de dados não prejudica o resultado final do trabalho. O bom jornalismo, especialmente o literário, não se faz apenas com números. É preciso pessoas que queiram compartilhar histórias e um olhar sensível do jornalista para apreender aquele universo inusitado e torná-lo palpável para o leitor.

Percebi também a importância de ir às ruas ao se fazer uma reportagem. Apenas com entrevistas por telefone ou por e-mail, teria sido impossível chegar a esse resultado. Além dos detalhes que pude apreender da observação, foi graças à convivência que consegui me colocar no lugar no outro e tentar entender o mundo sob seu ponto de vista. Um trabalho necessário para qualquer repórter (e pesquisador) que vá tratar de uma cultura diferente da que vive. O jornalista, como formador de opinião, tem um papel ainda mais relevante, pois transmite conhecimento a muitas pessoas, que tomam sua palavra como verdade.

Pessoalmente, o ganho que obtive com esse trabalho foi imensurável. No âmbito acadêmico pude rever autores que conheci ainda no primeiro semestre e entrar em

contato com novas obras, de modo a convergir esse conhecimento. Profissionalmente, desenvolvi habilidades de forma mais extensa. Aprendi caminhos para uma apuração detalhada e profunda, aperfeiçoei a capacidade de observação, prestando atenção aos detalhes, e melhorei as técnicas de abordagem nas entrevistas, especialmente quando o tema tratado é muito delicado.

O ganho mais valioso, entretanto, considero ter sido o pessoal. Não apenas aprendi sobre uma cultura – ainda mais uma que está ligada aos meus antepassados – mas compreendi melhor o ser humano e o mundo que o rodeia. Os autores utilizados neste trabalho enfatizam a importância da experiência na construção da narrativa e do trabalho jornalístico. De acordo com essas referências, foi o que busquei. Do modo como vejo, o repórter que não vai atrás da experiência, não tem uma boa história para contar. Muito menos uma que se aproxime o suficiente da verdade.

7. Referências bibliográficas

Livros:

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura em ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAGO, Cláudia; Benetti, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Vozes: Petrópolis, 2007.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. Campinas: Edusp, 1990.

MARTINEZ, Nicole. **Os ciganos**. Campinas: Papirus, 1989.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia: um produto à venda**. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MOTTA, Luiz G. **Narratologia – teoria e análise da narrativa**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

TALESE, Gay. **Fama e anonimato**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TCHÉKHOV, Anton. **Um bom par de sapatos e um caderno de anotações**: como fazer uma reportagem. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008. Disponível em:
<http://www.etnomidia.ufba.br/documentos/rct_historiaciganosbrasil2008.pdf>. Acesso em 5 de julho de 2013.

Artigos:

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009. Direitos Humanos: **Mapeamento de Acampamento Cigano**. Disponível em:
<www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2013

MOONEN, Frans. **A História Esquecida dos Ciganos no Brasil**. Saeculum - Revista de História 2, jul/dez 1996 p. 123-138. Disponível em:
<http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum02_art09_moonen.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2013

MURATA, Elza K. N. N. **O Romanês falado pelos ciganos kalderash do município de Aparecida de Goiânia – Goiás**. Via Litterae, Anápolis, v. 2, n. 2, p. 368-383, jul./dez. 2010. Disponível em:
<http://www2.unucseh.ueg.br/vialitterae/assets/files/v1_v2_v2/5-62-Contato entre linguas-o romanes e o port falado p ciganos-ELZA K N N MURATA.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2013

Sites:

JAIME, Víctor Núñez. Mr. Talese, el viejo del Nuevo Periodismo. **El País**, Blogs, Espanha, 29 de março de 2013. Disponível em: <<http://blogs.elpais.com/periodista-en-serie/2013/04/mr-talese-el-viejo-del-nuevo-periodismo.html>>. Acesso em 16 de junho de 2013. Tradução feita pela autora deste trabalho.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Famílias Ciganas (Código 101)**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cgsgrupos_populacionais/textos/ciganas.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2013

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos/view>>. Acesso em 30 de junho de 2013